

**Palácio dos Bandeirantes**

**Av. Morumbi, 4.500 - Morumbi - CEP 05698-900 - Fone: 3745-3344**

**Nº 178 – DOE – 21/09/16 - seção 1 - p.35**

#### **SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE DE ENDEMIAS**

##### **Portaria Sucen - 104, de 20-9-2016**

O Superintendente da Superintendência de Controle de Endemias – Sucen, nos termos do artigo 65, inciso II, letra “o”, do Decreto - 46.063, de 28-08-2001, considerando que:

A Resolução SS-64, de 28-07-2016, publicada no DO. De 29-07-2016, do Secretário da Saúde, prorroga o Programa de Incentivo aos Municípios, instituído pela Resolução SS-09/2016, para participar da campanha “Todos juntos contra o Aedes aegypti”;

O combate e controle das arboviroses (Dengue, Chikungunya e Zika vírus), requer o acompanhamento contínuo do inseto transmissor em todo território paulista;

É de suma importância o plano de combate às Arboviroses, por tratar-se de relevante interesse de saúde pública, Resolve:

Artigo 1º - Ficam convocados, em caráter excepcional, os servidores que integram os setores e equipes de campo, para trabalhar aos sábados, no período de 24 de setembro de 2016 a 31 de dezembro de 2016, caso haja necessidade, com a finalidade de atender ao plano de combate às arboviroses (Dengue, Chikungunya e Zika vírus).  
Parágrafo Único – Nos municípios com população acima de 100 mil habitantes, os servidores poderão ser convocados, para trabalhar em todos os sábados, e nos municípios com população menor de 100 mil habitantes, em 2 sábados por mês.

Artigo 2º - Os descansos semanais efetivamente trabalhados, pelos servidores CLT, nos termos do artigo 1º, serão remunerados nos termos da legislação trabalhista;

Parágrafo Único – A forma de pagamento estabelecido neste artigo não se aplica aos funcionários efetivos e estatutários, temporários – Lei - 500/74 e contratados por tempo determinado, nos termos da L.C. 1.093/2009, que nestes casos, poderão usufruir em descansos os dias trabalhados nos sábados, mediante prévia autorização da chefia imediata, observando sempre a jornada de trabalho diária, a que o servidor está sujeito e sem qualquer outra remuneração;

Artigo 3º - Os Serviços Regionais e a DPE, encaminharão mensalmente, até o 5º dia útil do mês subsequente, a relação dos servidores e dos dias trabalhados, para autorização do pagamento, observando os procedimentos constantes, na instrução A-SP 001/2016, de 08-03-2016.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.